

UNIVERSIDADE TIRADENTES

SERVIÇO SOCIAL

Tiago Santos Fontes

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO I E II

Aracaju  
2016



Tiago Santos Fontes

**RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO I E II**

Relatório apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

**ORIENTADORA:** Prof<sup>a</sup> Esp. Fernanda Silva Nascimento

Aracaju  
2016

## IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Disciplina: Estágio Supervisionado I E II

Nome do professor responsável pela disciplina: Profª Drª. Jane Cláudia Jardim Pedó

Supervisora Acadêmica: Profª Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Simone Santos da Conceição

Carga horária: 400 horas

## IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) José Francisco de Almeida

Horário de funcionamento: 8h às 17h

Endereço: Rua Pedro Diniz Gonçalves, Areia Branca/SE.

## AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente seja a honra e a glória, pois não haveria concretização de projeto algum na vida, se Deus não estivesse a frente. Aos meus pais com amor e carinho, dedico toda essa conquista, sendo eles o principal motivo para concretização deste momento, sempre me ensinando a superar desafios e nunca desistir da construção de sonhos, independente das dificuldades. A minha família como um todo que sempre estiveram presentes e apoiando a nossa caminhada acadêmica. Aos professores do curso de serviço social da Universidade Tiradentes que foram importantes, levando em consideração toda teoria passada por eles e aplicada em sala, podendo ser levada para campo, buscando assim levar todo aprendizado acadêmico para colaboração no campo de estágio.

A professora Fernanda Silva Nascimento, supervisora acadêmica que a todo tempo nos orientou para executarmos o nosso melhor no campo de estágio, sendo paciente e presente na construção deste projeto, se mostrando a todo tempo uma profissional totalmente capacitada e que representa bem o Curso de Serviço Social.

Agradeço também a Assistente Social Simone Santos da Conceição, supervisora de campo, a qual foi fundamental no campo de estágio, buscando sempre ofertar o seu melhor com a perspectiva de preparar o estagiário de Serviço Social para sua vida profissional, seguindo o código de ética da profissão e contribuindo para o fortalecimento do projeto ético político da profissão. A Psicóloga Lorena Felix que trouxe todo auxílio no campo de estágio e especificamente no projeto de intervenção, mostrando-se uma excelente profissional. Aos usuários do CRAS do município de Areia Branca, sendo eles o nosso maior motivo de luta para consolidação de uma sociedade igualitária.

Por fim a turma do 7º período do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes. Amigos e amigas que formam a construção de uma eterna família que sabe respeitar os limites de cada um e que busca a união, força e coragem para a obtenção de resultados positivos e que possam além de tudo serem ofertados a sociedade na contribuição para luta construtiva da equidade social, buscando assim eliminar todo tipo de preconceito, desigualdade, discriminação, violência, exploração e etc.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I.....	07
	2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio.....	07
	2.2 Reconhecimento do espaço institucional.....	12
	2.3 Serviço Social na Instituição.....	17
	2.4 Diagnóstico.....	20
3	RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II.....	24
	3.1 Proposta de Intervenção Social.....	24
	3.2 Sistemática de Operacionalização.....	25
	3.3 Análise e Síntese da Experiência Vivenciada.....	27
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
5	REFERÊNCIAS.....	31
6	APÊNDICES.....	32
7	ANEXOS.....	49

# 1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado, que é regulamentado pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é uma prática inquestionável para a formação do profissional em Serviço Social. A supracitada lei veio para fortalecer ainda mais essa prática de estágio e trazer sustentabilidade, a fim de garantir que o estágio realmente desenvolva seu papel no processo de formação profissional.

O presente relatório é o produto relacionado a um estágio realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade de Areia Branca, município pertencente ao estado de Sergipe.

O estágio possibilita, ainda, que o aluno se aproxime de maneira prática do verdadeiro significado social da profissão. Sendo esse o momento em que o aluno não se coloca apenas com o sentimento de um acadêmico da universidade, mas gera-se o sentimento convertido pela sensação de ser assistente social, através de suas teorias e práticas. Segundo afirma Buriolla:

O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, constituída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente. (BURIOLLA, 2011, p. 13).

O objetivo da confecção do presente relatório foi trazer uma visão ampla de um dos locais de atuação do assistente social, bem como conhecer seus desafios e necessidades, identificando a realidade da referida unidade da assistência e buscando compreender os fatores que contribuem para que a identidade profissional do aspirante ao serviço social possa ser construída dentro do seu papel como um futuro profissional; analisar as questões sociais dos usuários que acessam os serviços ofertados pelos CRAS e assim, dentro do que compete a um profissional de Serviço Social da Assistência, possibilitar os meios para que os respectivos usuários venham a ter acesso aos seus direitos garantidos em lei.

Por fim, apresenta-se um pequeno diagnóstico do município de Areia Branca, para que se possa conhecer um pouco da estrutura do município e como seus munícipes se organizam e vivem, chegando à identificação de alguns pontos que também foram importantes para a confecção deste relatório.

## 2 RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I

### 2.1 As Expressões da Questão Social e a Política Objeto de Estágio

Antes de discorrer sobre a política setorial que norteia o funcionamento do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), é de extrema importância entender que não tínhamos efetivamente, antes de 1988, políticas públicas voltadas à sociedade brasileira, mas havia seletividade para que serviços como saúde, educação e assistência pudessem chegar ao cidadão.

De fato, os avanços nas políticas sociais brasileiras acontecem no ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, todavia, antes dela ser promulgada, tinha-se uma política de assistência que não trazia consigo um mecanismo que conseguisse alcançar, de fato, todo cidadão que necessitasse ser usuário de tais serviços, levando-se em consideração que antes da Constituição cidadã de 1988 não se observava um serviço de assistência social, mas uma esfera de assistencialismo, com uma clientela certa e específica.

É importante entender o cenário das políticas públicas no Brasil, pois se faz necessário fazer uma retrospectiva e lembrar-se do sistema implantado de proteção social. Isso se ocasionou e se fez visível no cenário do capitalismo industrial, nos anos de 1930, o que desencadeou uma bruta exploração da força de trabalho humano, sendo este um fator que intensificou a questão social e suas expressões, trazendo desigualdades e principalmente o afloramento da pobreza. Carvalho e Yamamoto trazem a seguinte definição para questão social:

A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do seu estado. É manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IYAMAMOTO, 1983, p.77)

Nesse contexto histórico é que surge um descontentamento de classes sociais, em especial a proletária, que manifestaram suas necessidades sociais e diante desse cenário, surgem paliativos na característica da prática assistencialista por parte de um sistema ligado à religião (igreja católica), para tentar minimizar essa situação conflitante emergida do

capitalismo industrial. Este conflito também envolvia o Estado, que, por sua vez, tentava contornar tal situação gritante e de conflitos, que se estendeu por anos.

De fato, o Brasil só passou a desenvolver uma verdadeira assistência social no âmbito das políticas públicas, quando se conseguiu definir parâmetros que além de tudo pudessem enxergar o cidadão como uma pessoa que tem direitos a serem cumpridos e aplicados. Foi somente a partir da nova legislação de 1988, ou também poderíamos intitular como Constituição cidadã, que se pôde ter uma política pública no âmbito da Assistência Social, voltada para todos que dela necessitam e não mais para um grupo (clientelismo).

É claro que todo esse avanço foi fruto das lutas e fortes manifestações que trouxeram uma nova perspectiva e um olhar diferente para esta temática. E foi diante disso que se formou o tripé da Seguridade Social (Assistência Social, Previdência Social e Saúde), esta tríade sustenta essa política em nosso país. A Seguridade Social dentro da Constituição de 1988 passa a se tornar um direito do cidadão brasileiro que assim necessite, e uma obrigação da qual o Estado é responsável pelo cumprimento, no sentido de executar essa política.

O direito aqui tratado é confirmado, trazendo mais clareza e propriedade, no ano de 1993, através da Lei 8.742, que cria a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), bem como pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS-2005), que por meio de um sistema descentralizado e participativo contribuem na criação de medidas que assistem e defendem os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Amparada nos estatutos legais, é instituída a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que como política pública de direito social, é assegurada pela Constituição Federal, sistematizada e aprovada a partir do SUAS e normatizada pela LOAS, a qual garante a universalidade dos direitos sociais e o acesso aos serviços socioassistenciais.

Na Constituição Federal, os artigos 203 e 204 idealizam a Assistência Social enquanto política, sendo ela responsabilidade do Estado e direito de todo cidadão. Como ratifica o artigo primeiro da LOAS, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social no Brasil:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993).



Com a criação da LOAS, acompanhada da PNAS, como também do SUAS, foi possível definir papéis e parâmetros em relação à proteção social, cujo objetivo é a execução de direitos, bem como a proteção do usuário, fazendo divisões dos tipos de proteção social e suas respectivas divisões, para atender o público diversificado, diante das expressões da questão social. A junção desta lei, política e sistema trouxe separações nas diversas formas de atendimento, a exemplo do que conhecemos como Proteção Social, estando esta dividida em: Serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

O Serviço de Proteção Social Básica está ligado aos serviços prestados pelo CRAS, quais sejam: Serviços de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF); Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Sobre estes serviços será abordado posteriormente.

Já a Proteção Social Especial é representada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), no qual operam os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Especial de Alta Complexidade. Serviços como: Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); Serviços de Proteção Especial para pessoas deficientes, idosos e suas famílias e Serviço Especializado para pessoas em situação de rua. Temos, ainda, os Serviços de Proteção Social Especial, estes também estão vinculados ao CREAS, que oferece serviços como: Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional; Casa – Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva; Serviço de Acolhimento em República; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O CREAS é uma unidade destinada às pessoas que estão vivendo ou passam por situações de direitos ameaçados ou violados, ou seja, pessoas que sofrem algum tipo de violência física, psicológica, abuso ou exploração sexual, exploração do trabalho infantil, rompimento de vínculos familiares, cumprimento de medidas socioeducativas, entre outras, objetivando-se sempre a reintegração do cidadão da melhor forma possível na sociedade, na

família e em outras esferas da sociedade, como também orientando no fortalecimento de vínculos, seja com a reconstrução ou ampliação destes.

Quanto ao CRAS, é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. O CRAS é o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica. Constitui-se em um espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social.

O CRAS trabalha com ações preventivas, assegurando que os direitos possam chegar sempre à sociedade, fazendo uma oferta de serviços a quem deles necessitar, trabalhando o fortalecimento de vínculos, tendo em vista que a política pública de assistência social é um direito do cidadão. O art. 1º da LOAS traz uma definição do que seria assistência social:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (LOAS, 1993).

O CRAS é uma unidade do SUAS, responsável pela execução dessas ações, permitindo a execução dos serviços de proteção básica que, segundo a LOAS, em seu art. 6 – A, define proteção social básica e suas ações da seguinte maneira:

A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: I – Proteção Social Básica: Conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. (LOAS, 1993)

É no CRAS que serviços como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) trabalham no sentido de oferecer apoio e orientações, desenvolvendo um trabalho de orientação básica com famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, o que representa certa ameaça para o rompimento de vínculos de um indivíduo ou de toda sua família. Tal situação para uma sociedade é preocupante, pois é no núcleo familiar que se tem de certa maneira a construção da sociedade e quando a família é afetada por situações vulneráveis que não são trabalhadas, poderá haver diversas expressões da questão social que

trarão consigo violações de direitos. Por isso, o PAIF trabalha com ações preventivas, com o intuito de não permitir que as violações de direitos se concretizem.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução 109, de 11 de novembro de 2009, faz a descrição do PAIF da seguinte forma:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na sua melhoria de qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009).

O PAIF baseia-se no respeito à heterogeneidade dos novos arranjos familiares, ligados aos valores, crenças e as próprias identidades das famílias, trabalhando assim contra todo tipo de violência, preconceito, discriminação e outros. O serviço também trabalha com questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências. Permite trocas de experiências com as famílias, que mostrem dificuldades e desafios a serem superados, trabalhando com as ferramentas necessárias para superação de problemas, dificuldades e conflitos, impedindo, dessa forma, o rompimento de vínculos. Todo esse serviço e suas ações devem ser ofertados exclusivamente pelo Estado e, como bem já esclarecido, necessariamente pelo CRAS.

O SCFV é outro serviço ofertado pela unidade do CRAS. Tem como finalidade execuções e construção de grupos para que se possa, pouco a pouco, manter uma relação com famílias, no combate e prevenção em questão de risco social. O supracitado serviço tem como foco a aproximação com famílias, dando uma visibilidade da real situação de seus usuários. O CRAS, além dos serviços do PAIF e do SCFV, trabalha com outros atendimentos e orientações a programas como o Bolsa Família. No tocante ao referido programa, famílias podem ser orientadas quanto ao não cumprimento de condicionalidades, como também é possível visualizar situações que necessitem da intervenção da equipe do CRAS.

No CRAS, é possível ter acesso às informações e orientações de como se obter o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Este, por sua vez, é um benefício da Política de

Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante transferência mensal de um salário mínimo ao idoso com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem de tê-las providas por sua família. O BPC integra a Proteção Social Básica, no âmbito do SUAS.

O BPC foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela LOAS e pelas Leis de nº 12.435, de 6 de julho de 2011, e 6.564/2008. O CRAS tem a função de dar o suporte necessário no tocante às informações para adquirir o BPC, sendo que para requerer o BPC é preciso buscar o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

No CRAS é possível o acesso aos benefícios eventuais que visam sanar, dentro de um determinado tempo, algumas situações de vulnerabilidade e outros. Esse auxílio é também uma ação da política de assistência social, como também outros tipos de auxílios, a exemplo do auxílio funeral, enxoval, auxílios para pequenas reformas simples em casas que apresentem algum tipo de risco, entre outros auxílios.

Para execução das atribuições que competem ao CRAS, se faz necessário, a depender de sua estrutura física e organizacional, levando-se em consideração o número de habitantes daquele município onde o CRAS está inserido, assistente social e um psicólogo, que formam a equipe técnica; um coordenador que tenha ensino superior, com experiência em trabalhos e projetos comunitários e gestão de programas, serviços e benefícios socioassistenciais. Vale ressaltar que a equipe técnica é responsável pelos comandos para encaminhamentos e execuções no âmbito da proteção social básica, permitindo, também, o fortalecimento com outros órgãos, dentro e fora do município de origem, para então garantir a eficácia das políticas públicas na área da assistência.

## 2.2 Reconhecimento do Espaço Institucional

O CRAS relaciona-se com duas das principais deliberações da PNAS/ 2004: a de que a política deve adotar um enfoque territorial e considerar a unidade familiar como ponto focal para compreensão das vulnerabilidades e potencialidades da população como objeto central de sua ação preventiva e protetiva, trazendo o respeito aos cidadãos e famílias, o reconhecimento

de que os mesmos são sujeitos de sua própria história, observando-se que cada um tem seu valor construído em sociedade, através das experiências adquiridas. Nesse sentido, a PNAS tem como objetivo garantir a execução de direitos para quem deles necessitar e construir no cenário da sociedade em que estamos inseridos, mudanças significativas para as melhorias aos usuários desse serviço.

O CRAS do município de Areia Branca é um dos 106 CRAS que estão em funcionamento no estado de Sergipe. A cidade de Areia Branca está localizada na região centro-leste do território sergipano, com uma população estimada de 18.164 pessoas (Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS).

O referido CRAS, por sua vez, não tem qualquer documento que permita saber a sua data de implantação ou que confirme o seu surgimento, bem como nenhum profissional ou cidadão soube informar algo que pudesse contribuir para um possível levantamento histórico da instituição. Hoje, o CRAS do município de Areia Branca está localizado na Rua Pedro Diniz Gonçalves, estando nesse prédio desde o ano de 2010, inaugurado pelo ex-prefeito Agripino Andelino.

O CRAS tem como objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidade no território em que se encontra, bem como a prevenção de riscos sociais, trazendo técnicas e ferramentas que possam trabalhar a sociedade e a família, ampliando esse vínculo comunitário e viabilizando, portanto, o acesso aos direitos que correspondem à formação de uma cidadania mais justa.

Na mesma linha de objetivos citados no parágrafo anterior, o CRAS também pode inserir pais de crianças e adolescentes em programas de geração de trabalho que, em contrapartida, oferecem uma renda para essas respectivas famílias. O Centro possibilita a inserção em cursos de qualificações profissionais e promove o acesso aos diversos programas do governo quem vem em benefício da comunidade. Ademais, o CRAS deve promover ações que viabilizem à sociedade conhecer os diversos tipos de violência, tais como: violência contra os idosos, contra as mulheres, crianças, adolescentes e outros, trazendo ações que façam a sociedade conhecer os meios para combater tais práticas criminosas.

O CRAS no qual o estágio foi realizado tem seus objetivos também voltados para o que foi anteriormente citado, com o intuito de fortalecer vínculos com as famílias do município, através das ações que são executadas pela equipe interdisciplinar, além de garantir

os direitos de seus respectivos usuários e oportunizar os serviços para aqueles que necessitam. São executadas ações como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como efetivados os devidos procedimentos para inclusão de famílias no *Cad-Único*, Bolsa Família, entre outros.

A Unidade ainda trabalha com as famílias que estão irregulares em relação às condicionalidades dos programas do governo federal e presta esclarecimentos para essas famílias acerca dos seus direitos e deveres, sendo que tais usuários possam ter ciência dos seus direitos, mas também ter conhecimento dos seus deveres os quais devem ser estabelecidos para garantia concreta e eficácia dos programas federais e serviços.

O CRAS de Areia Branca/SE tem sua estrutura definida: coordenadoria, equipe interdisciplinar, composta por duas psicólogas, duas assistentes sociais, e duas profissionais no serviço geral. O prédio é próprio, possui duas salas. Em uma delas fica a equipe técnica e na outra, a coordenação. Existe mais um espaço, utilizado para reuniões com as famílias assistidas pelo próprio centro e para realização de algumas atividades com esses grupos familiares, servindo, além disso, para os encontros de idosos e ensaios relacionados à música. Há também um banheiro para atender o público. Nas salas não há nenhum tipo de climatização, pois existem ventiladores e ar-condicionado, entretanto, apenas o ar-condicionado da coordenação está funcionando regularmente.

Entende-se que a estrutura para o recebimento dos usuários no CRAS é de extrema importância, uma vez que esses ambientes precisam mostrar confiança, como também condições cabíveis, para que o usuário esteja bem e seguro para seu contato com os profissionais que ali estão. Visualmente, o ambiente necessita de muitas adequações a fim de receber melhor seus respectivos usuários, todavia, o espaço oferece, com parcialidade, certas condições para o atendimento à população.

No que diz respeito aos serviços prestados pelos CRAS do município de Areia Branca, a instituição tem trabalhado com seus respectivos profissionais em relação ao PAIF, serviço este que está voltado ao acompanhamento através de apoio e orientação às famílias para a superação das situações de vulnerabilidade, fazendo as ações de intervenções de modo a não permitir a violação de direitos nessas famílias.

Outro serviço prestado pelo referido CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Voltado para crianças, jovens e idosos, este serviço

desenvolve ações que possam promover o fortalecimento de vínculos com as famílias que estão dentro desses grupos, bem como ações preventivas que evitem o rompimento de vínculos dentro da própria família, oportunizando entretenimento e ações com profissionais específicos para os grupos que fazem parte do serviço.

Ainda em relação aos serviços prestados pelo CRAS de Areia Branca/SE, podemos citar alguns como: atendimento para famílias que estão em descumprimento com as condicionalidades do programa Bolsa Família. Ressalte-se que estas famílias estão cadastradas no Cad-Único.

O Cad-Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras que possibilitarão o acesso do cidadão a alguns programas que ofertem mudanças em determinadas situações.

A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento dos estados brasileiros para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, dentre outros. O mesmo cadastro pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas.

Outro serviço ofertado é o acesso à carteira do idoso, estando este assegurado na Lei 10.741/03, art. 39 - Estatuto do Idoso. Assegurada aos maiores de 60 anos a gratuidade dos transportes públicos, como ônibus, trem e barco. Observa-se, ainda, que em alguns municípios, qualquer indivíduo com mais de 65 anos, tem gratuidade em transportes urbanos e semi-urbanos, bastando para tal, apresentar a carteira de identidade.

Outro direito que pode ser assegurado ao usuário que procurar o CRAS e estiver dentro das condicionalidades, são os Benefícios Eventuais. Segundo a LOAS, entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente o SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, assegurados pela Lei 12.435/2011.

No tocante aos programas desenvolvidos no referido CRAS, temos o programa Bolsa Família. Este, por sua vez, é um programa de transferência de renda direta que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, cujo foco de atuação são brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00 reais mensais.

A viabilidade do programa é possibilitar que as famílias que possuam o perfil sejam beneficiárias do referido programa. Contudo, a perspectiva é trabalhar a realidade social da família e incluí-la em programas e cursos ofertados pelo CRAS em parceria com outras instituições que visam à profissionalização de alguns usuários do grupo familiar, chegando a resultados positivos ao profissionalizar os membros de determinadas famílias e assim possibilitar que, através da inserção no mercado de trabalho, não mais precisem de tais benefícios.

Através do estudo no Centro de Referência da Assistência Social do município aqui trabalhado, notou-se que o perfil do usuário que procura os serviços do CRAS, em sua maioria, são mulheres, donas de casa e sem nenhuma renda, com faixa etária de 20 a 52 anos, em média. Em alguns momentos, foi possível identificar, ainda, que adolescentes do sexo feminino procuram a instituição, muitas já mães e outras grávidas, a maior parte delas para tratar sobre assuntos do Bolsa Família, relacionados à suspensão ou bloqueio do benefício.

Outro tipo de usuário que busca os serviços do CRAS são adolescentes e crianças que não frequentam a escola, fato este que ocasiona a suspensão do Bolsa Família e, então, na esperança de uma mudança em relação à problemática, as mães levam seus filhos para serem orientados pelos profissionais da equipe interdisciplinar. Estes profissionais buscam todos os recursos para que adolescentes e até mesmo crianças possam retornar à sala de aula e enxergar que não estão ali por conta do valor de um benefício, mas para garantir o desenvolvimento de um futuro que proporcione a eles melhores condições no seu cotidiano social e até mesmo familiar.



### 2.3 Serviço Social na Instituição

Analisando a importância do Serviço Social para a sociedade, devemos aqui frisar a atuação do Assistente Social no CRAS. Sabe-se que esta profissão é regulamentada pela Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, sendo fundamental para atuação ter diploma de curso superior na área específica, expedido por unidades de ensino superior. Sendo assim, o Assistente Social está presente em muitas esferas da sociedade, atuando para garantia de direitos de seus respectivos usuários.

Um dos lugares de atuação do profissional do Serviço Social é o CRAS, onde a/o assistente social atua na proteção básica. Logo, o CRAS da cidade de Areia Branca tem mostrado através de seus profissionais do Serviço Social a importância da relação comunitária, entendendo que o cidadão precisa ser orientado e dentro dessas orientações manter a atenção ao usuário e possibilitar a ele toda informação possível e necessária, buscando orientar o usuário de maneira positiva para manter, conseqüentemente, uma equidade social.

O Código de Ética da profissão é outro instrumento importante a ser lembrado pelo assistente social em sua prática profissional. Ele foi instituído pela resolução do CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, que fala sobre a relação do assistente social com o usuário em seu Art. 5. b. Que discorre:

Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e as crenças individuais dos/as profissionais, resguardados dos princípios deste código. (Código de Ética do Assistente Social, 1993)

Desta maneira, as assistentes sociais do município de Areia Branca têm se colocado de modo a respeitar o usuário em suas escolhas, crenças, opções sexuais, posição religiosa, valores culturais e outros, objetivando atender aos usuários que são assistidos pelo CRAS da melhor maneira possível.

Os assistentes sociais do CRAS de Areia Branca, ainda no seu âmbito profissional, têm mostrado sempre uma relação de contato positivo com os outros técnicos do CRAS que formam a equipe interdisciplinar, podendo através desta interdisciplinaridade trocar informações que possam fortalecer o vínculo com os usuários da proteção básica. Há um bom

contato com todos os profissionais que desenvolvem suas atividades no CRAS do município, o que possibilita uma harmonia no ambiente de trabalho e proporciona um melhor atendimento ao público.

Percebe-se, ainda, que os assistentes sociais se utilizam da instrumentalidade da profissão para viabilizar ao usuário o acesso aos direitos que lhes são facultados em lei, através dos programas federais ou dos programas municipais, fazendo todas as observações oportunas e identificando as condicionalidades necessárias para que os usuários possam participar de determinados programas.

À vista disso, o assistente social, no uso de suas atribuições conferidas por lei, tem desenvolvido no CRAS em questão visitas às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, realizando um pré-diagnóstico na própria unidade, quando possível, e diagnósticos mais aprofundados fora da unidade, através de visitas. Em continuidade com as respectivas atribuições do assistente social, há também orientações ao seu público-alvo, tais como aqueles ou aquelas que não estão cumprindo as condicionalidades em seus respectivos programas federais.

Os assistentes sociais ainda realizam visitas e acompanhamentos às famílias que descumprem as condicionalidades de programas, como o Bolsa Família, bem como acompanham algumas famílias que estão no serviço do PAIF.

Ademais, são realizadas palestras para mães e alunos que estão em descumprimento em relação a algum programa federal, mas em foco o Programa Bolsa Família. Há, também, intervenções nas situações de vulnerabilidade e outros. É assim, dentro do enfrentamento das expressões da questão social, que essa profissão vai se desenvolvendo. E sobre a questão social e atuação do Assistente Social, IAMAMOTO diz:

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os Assistentes Sociais, por meio da prestação de serviços socioassistenciais–indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológico –realizada nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.” (IAMAMOTO, 2008, p.163).

A Lei 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão em seu art. 1º, deixa claro que é livre o exercício da profissão em todo território nacional, claro, observando as condições previstas na lei aqui mencionada. Observamos na mesma lei, no art. 2º, que a profissão de Assistente Social não é exercida por qualquer pessoa, sem nenhum tipo de formação e preparo. Sendo assim, para exercer a profissão de Assistente Social, se faz necessário possuir um diploma do curso de graduação em Serviço Social, expedido por estabelecimento de ensino superior existente nos país, devidamente registrado no órgão competente.

Algo a ser levado em consideração e que também está contido na lei acima citada, no art. 2º, é o prévio registro no Conselho Regional de Serviço Social. Sem este, o profissional não poderá jamais exercer suas respectivas funções e atribuições. Todavia, estando o assistente social regular com o que estabelece a Lei de Regulamentação, poderá exercer sua função, com uma série de competências que são registradas no art. 4º da Lei de Regulamentação da profissão e entre tais competências, citamos: elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais, elaborar projetos, prestar orientações sociais a indivíduos, grupos e à população, prestar assessoria, consultoria etc.

Não se pode esquecer que o assistente social tem o compromisso de cumprir o Código de Ética de sua profissão, instituído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFSS), através da Resolução de nº 273, de 13 de março de 1993. E dentro do referido código podemos citar alguns princípios em que o assistente social precisará estar engajado, sendo alguns deles: reconhecimento da liberdade como valor ético das demandas políticas a ela inerentes; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania; compromisso com os direitos sociais; posicionamento em favor da equidade e justiça social; qualidade com os serviços prestados à população; empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos, dentre outros.

Em face do exposto nos parágrafos anteriores, pôde-se observar que as assistentes sociais que atuam no CRAS do município de Areia Branca/SE seguem o que diz a lei de regulamentação, estando as referidas profissionais graduadas e pós-graduadas, com registro válido no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), tendo, portanto, a profissão regularizada. Essas assistentes objetivam sempre um melhor trabalho e ações que possam contribuir de maneira direta e positiva na vida dos usuários que passam pelo CRAS. Elas procuram cumprir impreterivelmente o que o Código de Ética traz enquanto orientação para

que se possa ter, através da construção de um bom profissional, uma defesa pela equidade social, buscando minimizar as expressões da questão social na comunidade atendida.

As assistentes sociais cumprem, também, sua carga horária de 30 horas, conforme rege a Lei 12.317, de 2010 na Lei 8.662. Desta maneira, as referidas profissionais exercem suas funções de acordo com as legislações mencionadas anteriormente.

## 2.4 Diagnóstico

A cidade de Areia Branca, no Estado de Sergipe, está localizada a 36 km da capital sergipana, Aracaju. O município foi por muitos anos conhecido como a cidade do forró, momento esse que marcou gerações. Atualmente, segundo dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2015, a população de Areia Branca está estimada em 18.164 habitantes. Não foi encontrado nenhum documento que pudesse informar quantos moram diretamente na cidade e quantos residem na zona rural.

No tocante à educação, a cidade tem 15 escolas municipais, 3 delas no centro da cidade e 12 espalhadas nos povoados de Areia Branca. No município existem dois colégios estaduais que estão localizados no centro. A cidade também possui 1 colégio particular localizado no centro. Estas escolas e colégios, como alguns ou algumas do Brasil, passam por suas respectivas dificuldades na questão estrutural, técnica, entre outros, no entanto, é perceptível que dentro de seus mínimos, há um esforço a fim de passar um ensino regular para o público-alvo.

Ainda no âmbito da educação, diante do conhecimento na cidade, pode-se notar que grande parte da população tem apenas o ensino fundamental, sendo que muitas pessoas apresentam analfabetismo, por conta da necessidade do trabalho, seja em pequenos casos na cidade ou maioria na zona rural, estando este último ligado ao ingresso logo cedo no trabalho relacionado à agricultura.

Na realização do presente diagnóstico não foi possível identificar o número de pessoas que possuem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Na própria Secretaria de Assistência Social do município e até mesmo em consulta ao site do MDS não se localizou qualquer informação. Já no que tange ao Cad-Único, foi possível encontrar no site do MDS informações sobre quantos usuários estão cadastrados, sendo um total de 3.723 famílias, dentre elas 1.292 com renda *per capita* familiar de até R\$ 77,00.

Pôde-se observar, do mesmo modo, que 1.140 usuários possuem renda *per capita* familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00. O portal do MDS mostrou que 1.006 usuários estão com renda *per capita* familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo e R\$ 285,00, tendo renda *per capita* acima de meio salário mínimo. Os dados são relacionados a setembro de 2015.

Foi possível diagnosticar que a cidade também possui nos seus equipamentos sociais da Assistência Social um CRAS e um CREAS, ambos funcionando regularmente, com suas equipes técnicas, das 8h às 17h. O CREAS está localizado na Rua Senador Walter Franco e o CRAS está situado na Rua Pedro Diniz Gonçalves, ambos no centro da cidade.

Em relação aos serviços públicos, no critério segurança, a cidade conta com uma justiça que funciona normalmente em caráter regular. Existe um fórum, sendo o município de Areia Branca distrito pertencente à Comarca de Laranjeiras, com a presença do promotor e juiz, uma vez por semana, visando atender à população e realizar as devidas audiências para o andamento de diversos processos.

Contudo, a segurança pública tem sido um problema visível, pois acontecem alguns assassinatos que não estão dentro da lógica do município, visto que o mesmo aparenta ser pacato, mas ultimamente este quadro sofreu uma alteração, ocorrendo roubos constantes às pessoas e aos comércios.

É perceptível que o policiamento existente no município é muito fraco, tendo em vista que conta com apenas dois policiais militares para policiar toda a cidade de Areia Branca. Outro fator dentro do critério da segurança e que chama atenção, é o crescimento do tráfico de drogas, bem como o de usuários, na maioria jovens, que por se envolverem com o tráfico ou com o uso, têm suas vidas ceifadas, sendo essa uma constante não só no município de Areia Branca, mas em outros tantos espalhados pelo território brasileiro.

Diante dessa dificuldade com a segurança, a população se protege como pode, pagando seguranças particulares que fazem rondas de moto à noite, como também se recolhem mais cedo para suas casas, na expectativa de evitar maiores danos, uma vez que a exposição em outros horários que parecem naturais pode agora oferecer riscos, diante da violência vivida no município de Areia Branca/SE.

A população areiabranquense conta com os serviços de energia elétrica fornecida para todos os municípios, entretanto, nem sempre algumas ruas estão bem iluminadas como

deveriam. O município conta com água encanada em alguns lugares, pois em certos povoados não existe água encanada, sendo necessário que as pessoas tenham fonte ou peguem água em bicas da região.

O serviço prestado pela unidade estatal da água tem deixado muitos cidadãos revoltados pela péssima qualidade da água que vem sendo ofertada há algum tempo, sendo uma água que em muitas situações fica imprópria para qualquer tipo de uso, pois o líquido apresenta uma coloração fora do normal e com grande quantidade de lama.

O município dispõe do serviço de coleta de lixo constante na cidade e nos povoados, todavia, não há a coleta seletiva do lixo. Outro ponto apresentado é que a cidade não possui uma rede de esgoto adequada, ficando assim visíveis alguns esgotos a céu aberto, fator que contribui para a propagação de diversas doenças, além do mau cheiro que tais esgotos produzem para a população, fato que se agrava mais em alguns lugares onde as ruas não são pavimentadas, pois a cidade não conta com uma pavimentação total, de modo que há ruas dentro da própria cidade sem pavimentação, estando ainda em estradas de chão.

Na cidade de Areia Branca/SE, existem os Conselhos da Criança e do Adolescente, conselhos estes que não atuam da maneira que deveriam atuar, apresentando pequenas falhas, mas que dentro dos mínimos, vem se esforçando para executar o seu papel. O município também possui o Conselho da Assistência Social, Conselho da Merenda Escolar, Conselho Tutelar, sendo este último esquecido pelo poder público municipal, e mais conselhos em diversos setores.

No município em questão estão em funcionamento o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato de Servidores Públicos, como também algumas associações na cidade e nos povoados. Esses sindicatos, como o rural, viabilizam as condições e orientações para aposentadoria dos trabalhadores rurais, inclusive a oferta de alguns serviços como consultas com profissionais de saúde e até mesmo a inclusão de seus sócios em projetos.

Já o Sindicato de Funcionários Públicos, possibilita aos seus usuários usufruírem de representante maior para a categoria, obtendo uma assessoria jurídica para algumas orientações e quando necessário a entrada com processos para algumas causas, entre outros serviços ofertados. O referido sindicato conta com toda uma diretoria que está formada com alguns servidores públicos do município de Areia Branca/SE.

Quanto às associações, temos uma que trabalha com o futebol e que tem como público-alvo as crianças e adolescentes, aos quais é oferecido o lazer que é garantido em lei, como uma alternativa para que algumas crianças e adolescentes não se envolvam com o mundo dos entorpecentes e da criminalidade. O município possui, ainda, uma associação que tem uma rádio comunitária, a qual se intitula Areia Branca FM, esta, por sua vez, conta com uma programação variada para o público da cidade de Areia Branca, obedecendo todas as orientações do Ministério das Comunicações.

Existem muitos problemas na comunidade, dentre os quais se destaca o alto índice de violência e a falta de emprego, pois uma cidade que é desenvolvida conta com um avanço que possibilite além de tudo, geração de renda e emprego, porém a realidade de Areia Branca foge desse desenvolvimento, sendo necessários que muitos munícipes se desloquem para outras cidades para trabalhar.

Os empregos ofertados no município de Areia Branca se fazem pela existência de uma granja, prefeitura e pequenos comércios, os quais empregam pessoas. A granja é a única indústria existente no município, trabalha com as regularidades que a lei pede em relação ao trabalhador, no entanto oferece poucos empregos, não conseguindo atingir uma maior quantidade de pessoas.

Diante do desemprego, a cidade não avança e leva a população ao fracasso econômico, situação que prejudica o povo, visto que existem muitos jovens em fase de escolhas, e não contam com nenhum meio de geração de renda através de um primeiro emprego ou por que não dizer que as crianças e adolescentes também são prejudicados, pois estão crescendo em uma cidade que não os dá condição de pensar em um futuro melhor, que proporcione mudanças significativas e os façam acreditar em avanços, que possibilite ao município ascender economicamente, entre outros avanços significativos.

### 3 RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

#### 3.1 Proposta de Intervenção Social

A proposta de intervenção social a ser desenvolvida no Estágio Supervisionado II em Serviço Social será a execução do Projeto Um Grito no Silêncio, realizado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do município de Areia Branca. O referido projeto visa trabalhar sobre o abuso sexual contra adolescentes, uma vez que tal prática criminosa tem sido uma constante ameaça na sociedade, provocando uma série de consequências para vítimas desse tipo de abuso.

O projeto será desenvolvido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV). Por entender que o SCFV tem caráter preventivo dentro das ações que o norteiam, o projeto abordará três grupos, assim separados: educadores do serviço; adolescentes que são usuários do serviço; e os pais dos respectivos adolescentes. O objetivo é fomentar no SCFV a discussão sobre o abuso sexual contra adolescentes de maneira completa. Por se observar que a prática do abuso não é algo normal e que ocorre diariamente em nosso país e por entender a importância dessa luta, resolveu-se escolher o tema para ser trabalhado no SCFV, serviço que está ligado à área da assistência. Entendo que enquanto um futuro profissional do Serviço Social, o estagiário deverá abordar esse tema, possibilitando a prevenção contra esse tipo de crime.

Neste sentido, o referido projeto tem como objetivo geral discorrer sobre a temática em relação ao abuso sexual contra adolescentes, para a equipe de funcionários que desenvolvem atividades no SCFV, pais dos adolescentes assistidos pelo referido serviço e, por fim, os adolescentes de 12 anos completos e 17 anos completos que são participantes do serviço. Serão trabalhados objetivos específicos como: apresentar o que é o abuso no âmbito da criança e do adolescente; mostrar os espaços onde ocorre o abuso sexual; expor as consequências relacionadas ao abuso sexual e orientar sobre os meios de prevenção contra o referido tipo de abuso.

Além de trabalhar os objetivos supracitados, se buscará alcançar algumas metas para o fortalecimento na luta contra esse tipo de crime. Essas metas se dividirão da seguinte forma: proporcionar um diálogo que amplie o conhecimento sobre a referida temática, fazer com que



o tema apresentado não fique restrito apenas ao SCFV, mas que através do referido projeto esses grupos possam ser novos parceiros na divulgação do combate ao abuso sexual. Para que diante de todos esses objetivos seja possível aumentar o nível de conhecimento acerca do tema apresentado, na perspectiva de termos menos adolescentes que sofrem com tal ato criminoso.

Por fim, o referido projeto apresentado nos parágrafos anteriores visa, em seu contexto geral, fortalecer o debate sobre o tema, levando e ampliando conhecimento aos grupos já mencionados. É importante observar que o adolescente é um ser em formação e que este precisa ser orientado e além de tudo ter seus direitos garantidos, sendo repudiado todo tipo de violência, conforme assegura o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

### 3.2 Sistemática de Operacionalização

A metodologia adotada para o desenvolvimento do projeto de intervenção foi dividir em quatro momentos as ações que seriam desenvolvidas. No primeiro momento, realizou-se um treinamento através de uma palestra com a profissional de psicologia que exerce suas atividades no SCVF, para que ela pudesse discutir e capacitar os referidos profissionais sobre a temática. A primeira etapa foi aberta com a fala do estagiário, o qual explicou o projeto de extensão para os profissionais do SCFV e informou que também participaria da execução daquela etapa juntamente com a profissional de psicologia que exerce suas atividades no CRAS, ao qual o SCFV está ligado.

Dando seguimento à primeira etapa, a psicóloga iniciou sua fala fazendo as devidas apresentações. Seguiu-se com o debate sobre a temática, buscando explicar passo a passo o que era a violência sexual, como ela se manifesta, quais as suas consequências, os meios para evitá-la e como fazer as denúncias. Notou-se a participação dos funcionários do SCFV que a todo o momento faziam perguntas, tiravam dúvidas e trocavam experiências referentes ao SCFV, traziam exemplos de pequenas situações que ocorreram consigo, fazendo um indicativo favorável sobre a capacitação que os ajudava a aperfeiçoarem sua visão sobre o abuso sexual.

Ao final da primeira etapa, a psicóloga aplicou um estudo de caso, para que os participantes da capacitação pudessem responder como proceder com um adolescente vítima de abuso sexual e quais os encaminhamentos que deveriam ser feitos em uma situação como essa. Após as respostas, o estagiário apresentou fluxograma, explicando detalhadamente os

procedimentos que deveriam ser adotados no exemplo apresentado no estudo de caso pela psicóloga. E através do fluxograma o estagiário mostrou os caminhos ligados à denúncia, polícia, saúde, assistência e órgãos de justiça. Ao concluir toda capacitação, os funcionários foram dispensados.

No segundo momento, foi desenvolvida uma palestra com adolescentes usuários do SCFV. A palestra foi iniciada com a exibição de um vídeo que em poucos minutos trazia a história de uma pequena criança, vítima de abuso sexual. Uma parte deste vídeo impactou os adolescentes ali presentes. Em seguida, a assistente social e supervisora de campo, que desenvolve suas atividades no CRAS, ao qual o serviço está ligado, iniciou a apresentação teórica do conteúdo através de slides, fazendo um revezamento com o estagiário para apresentação do conteúdo.

No conteúdo apresentado aos adolescentes, foi abordado sobre o que é o abuso sexual, como ele acontece, suas consequências e como combatê-lo. A participação dos adolescentes foi perceptível ao interromperem a palestra para fazerem perguntas e tirarem dúvidas sobre o assunto abordado. Logo em seguida, foi exibido um vídeo com uma peça teatral que contava a história de uma adolescente vítima de abuso. Através do vídeo, foi mostrado um resumo prático do que era o abuso sexual contra adolescentes, fazendo dessa ferramenta um meio para continuar a deixá-los impactados com esse tipo de crime.

Ao final da segunda etapa, a assistente social e o estagiário aplicaram um questionário com algumas questões relacionadas ao tema da palestra, a fim de observar se os adolescentes tinham conseguido absorver o conteúdo apresentado. Percebeu-se que a maioria dos adolescentes acertou as questões passadas, apenas um total de três adolescentes não responderam corretamente.

Já no terceiro momento, foi realizada uma palestra com os pais dos adolescentes que são usuários do SCFV. Nesta etapa, tratou-se mais uma vez sobre a temática do abuso sexual contra adolescentes, de maneira mais simples e objetiva, levando-se em consideração que tínhamos um público diferenciado, com pais que moravam na própria cidade e outros que moravam em povoados do município e a maioria com pouco conhecimento educacional. A palestra foi aberta pelo estagiário de serviço social, o qual explicou sobre a importância do projeto a ser apresentado. E, na sequência, apresentou um vídeo ressaltando a importância do ser humano e chamando a atenção da família para o cuidado com os filhos.

O estagiário fez a exposição de todo o conteúdo pertinente ao abuso sexual, através de slides, juntamente com a assistente social do CRAS, ambos intercalando suas falas para

melhor entendimento do público que ali estava. Constatou-se que os pais participaram da palestra com perguntas e tirando dúvidas em relação ao assunto apresentado. Ao final, foi notório o grau de satisfação dos pais com a palestra apresentada, pois alegavam ter aprendido muitas coisas que os ajudaria nos cuidados com os filhos.

Por fim, o quarto e último momento ficou com a participação dos jovens do SCFV na campanha nacional de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, a qual foi realizada no município de Areia Branca. Esta ação contou com uma parceria dos seguintes órgãos: Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Areia Branca, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, entre outros órgãos. Sendo que nesse evento, os usuários do SCFV puderam levar cartazes e faixas por eles confeccionados e junto com muitas pessoas diziam nas ruas de cidade: “não ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes”. Nesta última etapa, se concluiu o projeto de intervenção (Um Grito no Silêncio).

Com todas as etapas concluídas, se fez necessário uma avaliação do projeto e, para tanto, utilizei as fotos dos eventos para visualizar a quantidade de participantes, fazendo uma análise dos convites distribuídos ao público que participou do projeto, como também a análise dos questionários aplicados aos adolescentes do SCFV, para observar se ambos tinham entendido o conteúdo apresentado. Para concluir, o estagiário e a assistente social supervisora de campo fizeram uma análise de toda a participação que fora feita pelos grupos trabalhados.

### 3.3 Análise e Síntese da Experiência Vivenciada

Toda experiência e a troca dela em um ambiente de estágio traz uma bagagem positiva de informações e práticas que norteiam e nortearão a vida do estagiário e futuro profissional. Por isso, o estágio em serviço social é, sem dúvidas, um estágio de ampla importância para a preparação do aspirante a futuro assistente social que deseja de maneira árdua ser um profissional preparado, não apenas teoricamente falando, mas com uma boa experiência adquirida em seu campo de estágio.

Como estagiário do curso de Serviço Social, tive como local de estágio o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Areia Branca/SE. Este, por sua vez, faz parte da proteção social básica. E foi justamente neste tipo de serviço que foi possível conhecer um pouco mais da proteção básica e de todo o mecanismo de funcionamento do

CRAS, além de conhecer na prática as ações do profissional do Serviço Social, buscando, assim, absorver o máximo de conhecimento possível com ações teóricas e metodológicas do referido profissional do Serviço Social, atuante na área da Assistência Social.

Um das primeiras experiências que pude ter ao lado da minha supervisora e assistente social, no campo do estágio, foi o contato com o público. Neste contato, pude observar a dinâmica de atendimento da profissional de Serviço Social e quais ferramentas ela utilizava para prestar um bom atendimento, deixando sempre em evidência o nosso projeto ético político, valorizando o usuário, garantindo o devido respeito às suas escolhas como um todo e assegurando-lhe as informações necessárias para que as políticas públicas sejam cumpridas.

Dentro das diversas experiências, foi possível observar como funciona o programa Bolsa Família, como o sistema operacional é executado, e analisar as condicionalidades necessárias para que o usuário possa ingressar e permanecer no programa. Enquanto estagiário, pude vivenciar a realidade de muitas famílias que são beneficiárias do programa Bolsa Família, no entanto, estão desatentas ao real propósito do programa e, em especial, a valorização das crianças ou dos adolescentes em seu ambiente escolar. Todavia, no estágio foi visível a luta da assistente social para orientar e tentar contribuir na modificação dessas situações. Pude, ainda, como um estagiário, contribuir nesse processo do estágio, prestando alguns esclarecimentos durante a ação profissional que corroboraram com as ações da minha supervisora e assistente social do CRAS.

Ainda no campo de estágio, o estagiário participou de algumas visitas às famílias que estão no perfil de famílias a serem atendidas pelo CRAS e algumas delas já inclusas no PAIF. Famílias que estariam com risco de terem rompimento de vínculos. E através dessas visitas realizadas pela equipe técnica do CRAS, composta por uma assistente social e uma psicóloga, foi possível perceber quais as ferramentas necessárias para um diagnóstico em determinadas situações, conhecendo de maneira mais que real, ou seja, fora dos muros da universidade, o que é a questão social, tema este que tanto se aborda na sala de uma universidade e em especial no curso de Serviço Social.

As visitas que foram realizadas tinham públicos diversos, tais como crianças, adolescentes e até mesmo idosos. E diante de visitas a esses grupos distintos foi perceptível, junto à supervisora de campo, conhecer técnicas de como elaborar um relatório e como buscar criar as pontes de intermediação com outros órgãos como: CREAS, Saúde, Educação e outros,

para aquisição de direitos para determinados tipos de usuários. Observando sempre o cumprimento da lei e seguindo o que orienta o SUAS e a LOAS e tantas outras leis e normativas que garantem ao usuário o cumprimento dos seus referidos direitos. Através dessas ações executadas pelo assistente social, a identidade da profissão se fortalece e contribui mais para a consolidação da profissão.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que toda experiência e a troca dela em um ambiente de estágio, traz uma bagagem positiva de informações e práticas que norteiam e nortearam a vida do estagiário e futuro profissional. Por isso, o estágio em serviço social é sem dúvidas um estágio de ampla importância para a preparação do aspirante a futuro Assistente Social que deseja de maneira árdua, ser um profissional preparado, não apenas teoricamente falando, mas com uma boa experiência adquirida em seu campo de estágio. Possibilitando ao estagiário de Serviço Social uma ampliação no seu olhar acadêmico e profissional. Olhar esse que faz enxergar além dos limites e barreiras que a profissão precisa e deve enfrentar, para assim, lutar pela equidade social no seu dia a dia.

Compreende-se ainda que o conhecimento teórico e metodológico são fundamentais para um bom desenvolvimento no processo de estágio, levando-se em consideração que a teoria somada a prática, fará toda diferença na vida de um estagiário e despertando no mesmo o desejo de ser um profissional competente que não busca apenas o conhecimento em quatro anos de curso, mas que vai além para obter conhecimento que possa a cada momento contribuir na vida dos usuários do serviço social, possibilitando também o fortalecimento desta profissão que rompe com as barreiras ano após anos. Na perspectiva de ampliar o debate no tocante a construção de uma sociedade mais justa e igualitária que possibilite uma sociedade politizada e que saiba além de tudo fazer seus reclames.

Para tanto é indispensável à participação do Assistente Social na construção deste cenário e claro e evidente que a escola que o futuro assistente social se prepara na questão prática é o campo de estágio. Não esquecendo jamais que nessa prática, o futuro assistente social já tem que ter consigo o compromisso com o código da profissão e evidenciar através de suas ações profissionais, o projeto ético político da profissão.

## 5 REFERÊNCIAS

SENADO FEDERAL (Brasil). *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília/DF, 2008.

Serviço Social – Vade Mecum, I *Lopes, Cinthia Fonseca (org)*, II *Cruz, Erivânia Bernadino (org)*. Fortaleza, CE. *Permus 2013*, 4ª Edição.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações e Técnicas sobre o PAIF*. 1ª Edição. Brasília/DF, 2012.

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social*. Tipificação nacional de serviços socioassistenciais: *texto da resolução nº109, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009*. Brasília, 2009.

<http://www.ibge.gov.br> – Acesso em 15/04/2016

<http://www.brasil.gov.br> – Acesso em 22/04/2016

<http://www.mds.gov.br> - Acesso em 10/05/2016

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Plano Nacional de Assistência Social, governo federal, 2004.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Orientações e Técnicas sobre o PAIF, volume 1, 1 Edição, Brasília, 2012

# APÊNDICES



Apêndice A- PROJETO DE INTERVENÇÃO

UNIVERSIDADE TIRADENTES

TIAGO SANTOS FONTES

PROJETO DE INTERVENÇÃO

ARACAJU  
2016

TIAGO SANTOS FONTES

(UM GRITO NO SILÊNCIO)

Proposta apresentada ao SCFV... para fins de apoio institucional de ações educativas e sociais junto à comunidade atendida na referida instituição, em Areia Branca –SE, no ano de 2016.

Profª Esp. Fernanda Silva Nascimento

ARACAJU  
2016

# 1 APRESENTAÇÃO

O projeto, que tem por tema o abuso sexual contra adolescentes, é a construção de uma ideia que visa antes de tudo o fortalecimento do combate ao abuso sexual contra adolescentes. Esta prática criminosa ainda tem sido uma ação ameaçadora constante em diversos locais da sociedade. Sendo assim, o referido projeto tem como alvo os participantes e equipes que compõem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que está localizado na cidade de Areia Branca/SE, situada a 36 km da capital sergipana, Aracaju.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social, ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

O SCFV possui caráter preventivo, pautado na defesa dos direitos e desenvolvimento das capacidades e potencialidades de cada indivíduo, prevenindo situações de vulnerabilidade social. Trata-se de um Serviço da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). E foi reordenado em 2013, meio da Resolução CNAS nº 01/2013.

Como o referido serviço possui caráter preventivo, conforme mencionado no parágrafo anterior, o projeto aqui apresentado se remete a todos que compõem o SCFV, sendo orientadores, oficinairos, outros funcionários, pais dos adolescentes que participam do serviço e em especial aos adolescentes de 12 a 17 anos completos, sendo esse o principal público a ser trabalhado. O projeto traz uma abordagem para que se possa conhecer o que realmente é o abuso sexual contra adolescentes e suas consequências em diversas áreas da vida de um ou uma adolescente, através de palestras e ações realizadas no próprio SCFV.

Levando-se em consideração que a prevenção é essencial para o combate ao referido tipo de abuso e observando que o SCFV pode ampliar essa visão e debate acerca da temática aqui trabalhada, o projeto traz consigo alguns objetivos, tais como: explicar o que realmente é o abuso e de que maneira ele acontece; mostrar os locais onde ocorre esse tipo de abuso; expor suas consequências na vida das vítimas e, entre outros, orientar as maneiras de como lutar contra esse tipo de crime.

## 2 - JUSTIFICATIVA

O interesse para a construção do referido projeto se fez por entender que a prática do abuso sexual contra adolescentes continua sendo uma realidade constante na sociedade. Segundo informações e dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDH/PR, a violência sexual contra crianças e adolescentes é a quarta mais recorrente no Brasil, no âmbito das denúncias feitas ao Disque 100, sendo 4.480 denúncias registradas apenas nos três primeiros meses de 2015. Observa-se que a cada momento esse tipo de violência cresce em todo território brasileiro e traz consequências profundas na área psicológica, física e social para aqueles que são vítimas dela.

Diante da realidade apresentada no parágrafo anterior, o mencionado projeto foi criado para fortalecer a luta no combate ao abuso sexual contra adolescentes, buscando através de palestras e ações com o grupo que compõe o SCFV do município, fortalecer essa rede com informação pertinente ao tema do projeto, ampliar a visão do que vem a ser o abuso sexual contra adolescentes e esclarecer de que maneira se pode evitar esse tipo de crime.

Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 4º, diz que é dever da família, da sociedade e do Estado zelar pelos direitos da criança e adolescentes e por entender que o Serviço Social é participante no combate ao abuso sexual, resolveu-se escolher a aludida temática, objetivando-se alargar o debate deste tema e fomentar no grupo que forma o SCFV a necessidade de se observar os adolescentes que são inseridos nesse serviço, como outros adolescentes do município de Areia Branca, que passaram ou podem estar passando por essa violência sexual e assim recorrer aos recursos corretos, para a efetivação dos direitos dos adolescentes.

O serviço social tem sido um diferencial na sociedade e por assim compreender que um profissional precisa estar envolvido em ações que lhe permitam crescer profissionalmente e também contribuir com a sociedade para a luta na garantia de direitos, objetivou-se a construção deste projeto que também busca em seu conteúdo teórico e prático contribuir com a universidade, no sentido de disponibilizar material teórico e expositivo, com o propósito de ampliar o conhecimento da referida temática, possibilitando que públicos posteriores conheçam e tenham informações acerca do que realmente é o abuso sexual contra adolescentes e quais os meios cabíveis para evitá-los.

Neste sentido, o adolescente é um ser social que merece ser respeitado e que em hipótese alguma deve passar por qualquer tipo de violência, sendo a ele ou ela assegurados

todos os direitos em Lei Federal, em seu art. 27, inciso IV, através da Constituição, como também do Código Penal, art. 213 e, inclusive, o que está plenamente contido no Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, em seu artigo de nº 5 que diz: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seu direitos fundamentais.

### 3 PÚBLICO-ALVO

A temática trabalhada se destina aos funcionários que exercem suas atividades no SCFV, aos pais que têm seus filhos assistidos por esse tipo de serviço e, por fim, aos próprios adolescentes de 12 a 17 anos completos que frequentam o serviço.

## 4 OBJETIVOS

### 4.1 Geral:

Apresentar a temática em relação ao abuso sexual contra adolescentes para a equipe de funcionários que desenvolvem atividades no SCFV, pais dos adolescentes assistidos pelo referido serviço e adolescentes de 12 e 17 anos completos que são participantes do serviço.

### 4.2 Específicos:

- \* Apresentar o que é o abuso no âmbito da criança e do adolescente;
- \* Mostrar os espaços onde ocorre o abuso sexual;
- \* Expor as consequências relacionadas ao abuso sexual;
- \* Orientar sobre os meios de prevenção contra o referido tipo de abuso.

## 5 METAS

- ❖ Fomentar no público-alvo a necessidade de um despertar em relação à defesa e ao combate ao abuso sexual;
- ❖ Proporcionar um diálogo que favoreça o conhecimento sobre a aludida temática entre o público-alvo nos encontros;
- ❖ Ampliar a discussão da temática, não ficando restrita apenas ao SCFV, mas que através do referido projeto, possam ter novos parceiros na divulgação do combate ao abuso sexual.



## 6 METODOLOGIA

O projeto se dividirá em quatro momentos. O primeiro deles será um treinamento, através de palestra com os profissionais que exercem atividades no SCVF, sendo nesse momento discutida a temática abordada. Serão facilitadores da ação: a assistente social e a psicóloga do CRAS. Por fim, nessa primeira etapa, se observará o que os funcionários realmente conhecem sobre o tema em questão e como eles associam a execução do projeto ao SCVF, e na oportunidade, trabalharemos a temática, buscando somar os conhecimentos para fortalecer a defesa do conteúdo.

Já o segundo momento, segue com uma palestra ministrada aos adolescentes que são atendidos pelo SCFV, na qual serão apresentados conceitos do abuso, de que maneira ele acontece e quais os meios para evitá-lo e combatê-lo. Será observada a reação dos adolescentes e, dentro das possibilidades, poderemos diagnosticar se existe algum caso de abuso, para então fazer as orientações e encaminhar aos órgãos pertinentes.

O terceiro momento se concentra em mais uma reunião, agora com os pais dos adolescentes que participam do SCFV. Nesta fase, será discutida a mesma temática, de maneira mais simples e objetiva, levando-se em consideração que temos um público diferenciado. Ainda neste terceiro momento, utilizaremos vídeos diversos que abordarão sobre o abuso sexual, para que de maneira simples esse público possa compreender o que esteja sendo apresentado.

Por conseguinte, o quarto e último momento consistirá na participação dos adolescentes do SCFV em dia alusivo ao combate à exploração e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, que é o evento realizado em todo Brasil, no dia 18 de maio, e que será realizado na cidade de Areia Branca, organizado pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente do município, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, entre outros órgãos. Essa participação dos adolescentes do SCFV neste evento conclui o projeto de intervenção aqui apresentado.

## 7 AVALIAÇÃO

- ✓ Identificar através de fotos, o número de participantes em cada etapa, e o real interesse mostrando do público alvo ao receber os convites.
- ✓ Aplicação de questionários simples aos adolescentes, buscando observar se os mesmos compreenderam e entenderam a temática apresentada;
- ✓ Através de todas as palestras e tudo que será abordado, fazer um diagnóstico da participação e interatividade de cada participante nos diferentes momentos.

## 8 RECURSOS

### 8.1 Humanos

PROFISSIONAL	FUNÇÃO	QUANTIDADE
Assistente Social (CRAS)	Facilitadora	01
Psicóloga (CRAS)	Facilitadora	01

### 8.2 Materiais

ITEM	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Notebook	01	-
Data Show	01	-
Caixa de Som	01	-
Cadeiras	40	-
Panfletos	120	-

## 9 ORÇAMENTO

O referido projeto será realizado sem a necessidade de gastos, uma vez que tudo o que for necessário, está sendo ofertado pelos CRAS do Município e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

## 10 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MESES			
	Março	Abril	Maiο	Junho
Elaboração do Projeto	x	x		
Apresentação do Projeto		x		
Formação do Grupo		x	x	
Execução do Projeto			x	
Elaboração do Relatório Final				x
Avaliação				x

## Apêndice B- Registros Fotográficos das ações

Imagem 1



Palestra com adolescentes do SCFV. Facilitadores: Tiago Santos Fontes (Estagiário) e Simone Santos Conceição.

Imagem 2



Imagem 3



Treinamento para os orientadores do SCFV sobre o abuso sexual.

Imagem 4



Psicóloga do CRAS realizando treinamento aos orientadores do SCFV.

Imagem 5



Estagiário de Serviço Social realizando treinamento para os orientadores do SCFV.

Imagem 6



Campanha em combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no município de Areia Branca/SE.

Imagem 7



Estagiário de Serviço Social, prefeita municipal de Areia Branca, Sec. de Educação e educadores no dia alusivo ao combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes



# ANEXOS

## Anexo 1- Modelo de requerimento – Benefício Eventual



**PREFEITURA MUNICIPAL DE AREIA BRANCA/SE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**REQUERIMENTO DE BENEFICIO EVENTUAL**

**I – IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

Nome: _____ apelido:*****		
Participa de algum programa? ( ) Bolsa Família ( ) BPC ( ) Feira Cidadã ( ) PETI ( ) Pro jovem ( ) PAIF		
Nascimento: _____	RG: _____	CPF: _____
Estado civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Separado ( ) Convivente ( ) Viúvo ( ) Outro		
Escolaridade: _____		Fone: _____
Profissão: _____		Renda R\$: _____
Endereço: _____		
Ponto de Referência: _____		

**II – COMPOSIÇÃO FAMILIAR**

Nome	Idade	Parentesco	Profissão	Renda	Participa de Algum Programa
POLIANA DA SILVA GONÇALVES					
HICARO DA SILVA LIMA					
Algum membro da família é portador de deficiência? Se sim, quem e qual deficiência?					

**III - INFORMAÇÃO SOBRE A RENDA FAMILIAR MENSAL:**

Renda Familiar Mensal: R\$ _____	Renda <i>per capita</i> : R\$ _____
----------------------------------	-------------------------------------

**IV - SITUAÇÃO HABITACIONAL**

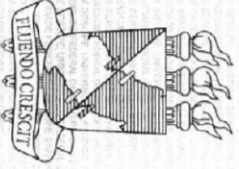


( ) Própria	( ) Cedida	( ) Alugada
Nº de Cômodos: 05	Nº de quartos: 02	Tem banheiro? ( )sim ( ) não
Tipo de Construção: ( ) Bloco ( ) Taipa ( ) Outro Material		
Tipo de Piso: ( ) Cimento ( ) Cerâmica ( ) Nenhum		Tipo de Revestimento: ( ) Reboco ( ) Nenhum
Água Encanada? ( ) sim ( ) não	Energia Elétrica? ( ) sim ( ) não	Coleta de Lixo ( ) sim ( ) não

**V - SOLICITAÇÃO DO REQUERENTE:****AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CUSTEAR CESTA BÁSICANO VALOR DE 200,00(duzentos reais)**

Declaro que necessito do benefício solicitado, conforme Lei Municipal 94/2015 e que as informações acima descritas foram repassadas através de entrevista social semi-estruturada. Declaro ainda estar ciente e que, em caso de falsidade de declaração, estou sujeito a sanções civis, administrativas previstas na Lei nº 7.115 de 29/08/1983.



## Anexo 3 Diploma da profissional Responsável pela correção gramática e ortográfica







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

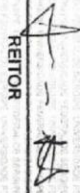
O Reitor da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições e tendo em vista que

**MARIANA DE ANDRADE BRAZ**, filha de **Arnaldo Braz dos Santos** e de **Edna Bispo Braz de Andrade**, nascida a **20 de junho de 1987**, natural de **Sergipe - Brasil**, portadora da carteira de identidade nº **31748953-SSP/SE**, concluiu em **05 de fevereiro de 2010** o curso de **LETRAS**, outorga-lhe o presente diploma de **LICENCIADO EM PORTUGUÊS** para que possa gozar dos direitos e prerrogativas concedidos a este título pelas leis do País.

Aracaju(Se), 20 de maio de 2010.

  
 PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

  
 DIPLOMADO

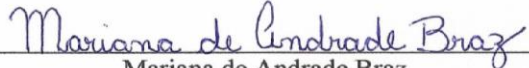
  
 REITOR

Anexo – 4 Declaração de correção ortográfica e gramatical

## DECLARAÇÃO

Eu, Mariana de Andrade Braz, portadora do RG 31748953 SSP/SE e CPF 021.915.525-95, declaro para os devidos fins que fiz a correção ortográfica e gramatical do RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II do (a) aluno (a) Tiago Santos Fontes, acadêmico do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes.

ARACAJU, 15 de junho de 2016

  
Mariana de Andrade Braz  
Graduada em Letras – Português